

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	IX
ALGO SOBRE O LIVRO	XI
SOBRE A SEGUNDA EDIÇÃO	XIII
PREFÁCIO.....	XV

Parte I

AS CATEGORIAS DE TEORIA GERAL DO DIREITO NECESSÁRIAS AO ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A METODOLOGIA A SER UTILIZADA NO ESTUDO DO DIREITO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO	3
1.1 Método no estudo do Direito Tributário. É neces- sário?	4
1.2 Referencial teórico adotado: Constructivismo Lógi- co-Semântico no estudo do direito tributário	7
1.2.1 A filosofia da linguagem e seus paradigmas	10
	XIX

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1.2.2	O giro linguístico	11
1.2.3	O Constructivismo Lógico-Semântico.....	13
1.2.3.1	Por que “Constructivismo”?	15
1.2.3.2	Por que “Lógico”?	16
1.2.3.3	Por que “Semântico”?	19
2.	DIREITO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO .	21
2.1	Direito positivo e o percurso gerativo de sentido.	21
2.2	Ciência do Direito	28
3.	ORDENAMENTO E SISTEMA JURÍDICO TRIBU- TÁRIO	31
3.1	O sistema jurídico enquanto conjunto de normas jurídicas.....	35
3.2	Das relações de coordenação e subordinação entre normas jurídicas	37
3.3	Completude e consistência do sistema jurídico .	39
3.3.1	Aspectos da completude do sistema jurídico	39
3.3.2	Consistência do sistema jurídico	42
4.	FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	45
4.1	O direito positivo como conjunto de normas: as introdutoras e as introduzidas	50
4.2	Distinção: veículo primário e secundário.....	54
4.2.1	Veículos primários.....	55
4.2.1.1	<i>A Constituição da República Federa- tiva do Brasil.....</i>	<i>55</i>

4.2.1.2	<i>As leis complementares</i>	56
4.2.1.2.1	<i>O Código Tributário Nacional</i>	58
4.2.1.2.1.1	<i>Outras leis complementares tributárias que não o CTN</i>	58
4.2.1.3	<i>Leis ordinárias</i>	59
4.2.1.4	<i>Lei delegada</i>	63
4.2.1.5	<i>Medida provisória</i>	63
4.2.1.6	<i>Decreto legislativo</i>	64
4.2.1.7	<i>Tratados internacionais em matéria tributária e o art. 98 do CTN</i>	65
4.2.1.8	<i>Resoluções</i>	92
4.2.2	<i>Veículos secundários</i>	92
4.2.2.1	<i>Decretos regulamentares</i>	93
4.2.2.2	<i>Instruções ministeriais</i>	95
4.2.2.3	<i>Portarias</i>	95
4.2.2.4	<i>Circulares</i>	96
4.2.2.5	<i>Ordens de serviço</i>	96
4.2.2.6	<i>Os atos normativos das Fazendas Públicas</i>	96
4.2.2.7	<i>As decisões administrativas e judiciais em matéria tributária: estabilização das normas individuais e concretas</i>	96
4.2.2.7.1	<i>Conceitos e associações utilizados pelo STF que permitem identificar o paradigma filosófico utilizado na construção do conceito de norma jurídica</i>	97
4.2.2.7.2	<i>Norma jurídica stricto sensu e lato sensu, lei, texto de lei, enunciado prescritivo e outros conceitos conexos</i>	99

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

4.2.2.7.3 O conceito de normas paralelas na declaração de inconstitucionalidade	101
4.2.2.7.3.1 As “técnicas” de declaração de inconstitucionalidade: interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	102
4.2.2.7.3.2 Efeito vinculante e coisa julgada no controle abstrato de constitucionalidade: a relevância da causa de pedir (efeitos transcendentales)	106
4.2.2.7.3.3 A inconstitucionalidade por “arrastamento”	107
4.2.2.7.3.4 Ofensa direta e indireta à Constituição e a autonomia normativa.....	108
4.2.2.7.4 Síntese sobre a produção normativa do STF	110
4.2.2.8 Atos praticados pelos particulares no processo de positivação das normas tributárias.....	111
5. NORMA JURÍDICA E INCIDÊNCIA.....	115
5.1 Causalidade jurídica: o mundo do ser e do dever-ser	115
5.2 Hermenêutica	117
5.3 Teoria da norma jurídica: validade, vigência e eficácia	121
5.3.1 Validade	121
5.3.2 Vigência	125
5.3.3 Eficácia	125
5.3.4 Revogação das normas e efeitos sobre a validade, a vigência e a eficácia.....	127

5.3.4.1	<i>Revogação e incompatibilidade entre normas</i>	131
5.3.5	Validade, vigência e eficácia, declaração de inconstitucionalidade e modulação temporal de efeitos	134
5.3.5.1	<i>O produto do processo de controle abstrato de constitucionalidade: declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade</i>	136
5.3.5.2	<i>Declaração de inconstitucionalidade e modulação dos efeitos da decisão do STF</i>	137
5.4	O nível sintático; o nível semântico; o nível pragmático – Utilização da Semiótica	141
5.5	Fenomenologia da incidência	143
5.5.1	Teorias sobre a incidência.....	143
5.5.1.1	<i>Distinção entre os dois modelos de incidência</i>	148
5.6	Derivação e positivação.....	150
5.7	A classificação da norma jurídica tributária.....	150
5.7.1	Norma jurídica abstrata e geral; concreta e geral; abstrata e individual; e concreta e individual.....	153

Parte II

DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1.	RETOMANDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO	159
1.1	Sistema constitucional tributário e as três funções do poder.....	163

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1.1.1	Função do Poder Legislativo – Ato de enun- ciação.....	164
1.1.2	Função do Poder Executivo – Aplicação do ato enunciado.....	165
1.1.3	Poder Judiciário – Aplicação do Enunciado	165
2.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	167
2.1	Considerações iniciais e acepções do termo princípio	167
2.2	Considerações sobre o uso dos termos <i>princípios</i> <i>e regras</i>	169
2.3	Das delimitações ao poder de tributar	174
2.4	Classificação dos princípios.....	175
2.5	Princípios imutáveis – Cláusulas pétreas	176
2.6	Princípios gerais	177
2.6.1	Princípio republicano	179
2.6.2	Legalidade.....	180
2.6.3	Segurança jurídica.....	182
	2.6.3.1 <i>Segurança jurídica e a Lei de Intro-</i> <i>dução às Normas do Direito Brasileiro</i> <i>– LINDB</i>	184
2.6.4	Igualdade.....	188
2.6.5	Moralidade	188
2.6.6	Justiça	190
2.6.7	Direito à propriedade.....	191
2.6.8	Supremacia do interesse público	191
2.7	Princípios específicos	193
2.7.1	Estrita legalidade.....	193
	2.7.1.1 <i>Tipicidade tributária</i>	198

2.7.2	Anterioridade	199
2.7.2.1	<i>Anterioridade nonagesimal</i>	201
2.7.3	Irretroatividade	202
2.7.4	Capacidade contributiva.....	206
2.7.5	Não Confisco	211
2.7.6	Não cumulatividade	214
2.7.6.1	<i>Não cumulatividade na Contribuição ao PIS e na Cofins</i>	217
2.7.6.1.1	<i>Emenda Constitucional 42/2003, Lei 10.637/2002 e Lei 10.833/2003</i>	218
2.7.6.1.2	<i>Conceito constitucional de não cumulatividade e seus reflexos nos regimes da Contribuição ao PIS e da COFINS</i>	221
2.7.6.1.2.1	<i>Monofasia, plurifasia, cumulatividade e não cumulatividade</i>	222
2.7.6.1.3	<i>Sobre a definição de “insumo” nos regimes não cumulativos da Contribuição ao PIS e à COFINS</i>	223
2.7.6.1.4	<i>A base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e o requisito da definitividade do ingresso financeiro para caracterização da receita</i>	225
2.7.6.1.5	<i>Síntese</i>	226
2.7.7	Uniformidade da tributação.....	228
2.8	Princípios constitucionais coligados com a ordem econômica e tributação	230
2.8.1	Soberania nacional	231
2.8.2	Propriedade privada	232
2.8.2.1	<i>Função social da propriedade</i>	233

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

2.8.3	Livre-concorrência.....	235
2.8.4	Defesa do consumidor.....	236
2.8.5	Defesa do meio ambiente.....	239
2.8.6	Redução das desigualdades regionais e sociais.....	242
2.8.7	Busca do pleno emprego.....	244
2.8.8	Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	245
2.8.9	O livre exercício de qualquer atividade econômica.....	247
3.	LEI COMPLEMENTAR	249
3.1	Matérias reservadas à Lei Complementar	251
3.1.1	Correntes dicotômica e tricotômica.....	251
3.1.2	Matérias especificadas e não especificadas	259
3.1.3	Hierarquia entre Lei Complementar e Ordinária	261
	3.1.3.1 <i>Entendimento pela existência de hierarquia</i>	263
	3.1.3.2 <i>Entendimento pela inexistência de hierarquia</i>	266
	3.1.3.3 <i>Entendimento do Supremo Tribunal Federal</i>	269
3.1.4	Lei Ordinária na omissão de Lei Comple- mentar.....	274
3.1.5	Rol exaustivo ou exemplificativo da lei complementar	277
3.2	Caráter declaratório ou constitutivo da Lei Complementar	279

3.3	Definição da lei complementar	280
4.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	283
4.1	Definição do conceito	283
4.1.1	Atributos da competência tributária.....	288
4.1.2	Privatividade.....	289
4.1.3	Indelegabilidade	290
4.1.4	Incaducabilidade	291
4.1.5	Inalterabilidade.....	292
4.1.6	Irrenunciabilidade.....	293
4.1.7	Facultatividade	293
4.2	Estrutura normativa da competência tributária	298
4.3	Competência tributária e capacidade tributária ativa	302
4.4	Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade	303
4.5	Competência, bitributação e <i>bis in idem</i>	304
4.6	Competência e sanção	305
4.7	Lei Complementar e competência	306
4.7.1	Lei Complementar e industrialização por encomenda.....	307
4.7.2	Lei Complementar e ITCMD	311
4.7.3	Lei Complementar 123/2006 – Simples Nacional.....	313
4.8	Divisão constitucional de competências tributárias	320
4.9	Classificação	323
4.9.1	Privativa ou exclusiva	323
4.9.2	Comum.....	324
4.9.3	Residual e extraordinária	324

4.10 Economia digital e conflitos de competências tributárias	325
5. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	333
5.1 Conceito de imunidade.....	334
5.2 Classificação das imunidades.....	338
5.3 Imunidade recíproca	340
5.4 Templos de qualquer culto	355
5.4.1 O critério da finalidade essencial.....	356
5.4.2 Principais decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito.....	357
5.4.2.1 <i>Maçonaria</i>	357
5.4.2.2 <i>Cemitérios</i>	358
5.4.2.3 <i>Imóveis alugados</i>	360
5.4.2.4 <i>Abrangência para tributos que não impostos</i>	363
5.4.2.5 <i>Desnecessidade de observância aos requisitos do art. 14 do CTN</i>	365
5.4.2.6 <i>Aquisição de mercadorias pelo templo</i>	367
5.4.3 Uma síntese sobre a imunidade dos templos de qualquer culto.....	369
5.5 Imunidades do art. 150, VI, c.....	370
5.5.1 Partidos políticos e suas fundações	371
5.5.2 Entidades sindicais de trabalhadores.....	372
5.5.3 Entidades de educação e de assistência social	374
5.5.3.1 Alcance da imunidade em questão	375

ROBSON MAIA LINS

5.5.3.2 <i>Veículo normativo idôneo para estabelecer requisitos</i>	381
5.5.3.3 <i>Critérios necessários para concessão da imunidade</i>	384
5.5.3.4 <i>Inexistência de direito adquirido a regime jurídico tributário</i>	388
5.6 Livros e periódicos	389
5.6.1 Insumos	389
5.6.2 Livros eletrônicos	393
5.7 Imunidades do art. 150, VI, e.....	400
5.8 As imunidades distribuídas pela Constituição ..	403
5.9 A imunidade das entidades beneficentes de assistência social, prevista no art. 195, § 7º, da Constituição	407

Parte III

O DIREITO TRIBUTÁRIO E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

1. DIREITO TRIBUTÁRIO E A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE TRIBUTO	415
1.1 A atividade de conceituar no direito positivo: prós e contras	415
1.2 A definição de conceito seria atividade própria da Ciência do Direito?	418
1.3 A definição do conceito de tributo prevista no art. 3º do CTN.....	419
1.3.1 Prestação pecuniária compulsória	420

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1.3.2	Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	420
1.3.3	Que não constitua sanção de ato ilícito	421
1.3.4	Instituída em lei	427
1.3.5	E cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	427
2.	ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	429
2.1	Espécies tributárias e as propostas de classificação dos tributos	431
2.1.1	Classificação dos tributos em duas espécies	431
2.1.2	Classificação dos tributos em três espécies	432
2.1.3	Classificação dos tributos em quatro espécies.....	435
2.1.4	Classificação dos tributos em cinco espécies.....	437
3.	SOBRE A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA	443
3.1	Conceito de regra-matriz de incidência	444
3.2	Antecedente (hipótese) da regra-matriz de incidência tributária.....	448
3.2.1	Critério material.....	448
3.2.2	Critério espacial.....	449
3.2.3	Critério temporal.....	450
3.3	O dever-ser interproposicional (o operador deôntico)	452
3.4	Tese (consequente).....	454
3.4.1	Critério pessoal.....	454
3.4.1.1	<i>Sujeito ativo</i>	454

3.4.1.2	<i>Sujeito passivo</i>	455
3.4.1.2.5	<i>Uma importante distinção: responsável tributário em função de grupo econômico e polo passivo de execução fiscal</i>	457
3.4.1.2.5.1	<i>As estruturas normativas da regra-matriz de incidência tributária e das normas de responsabilidade tributária</i>	458
3.4.1.2.5.2	<i>Dos principais argumentos utilizados para a responsabilidade tributária por grupo econômico</i>	459
3.4.1.2.5.3	<i>Regresso ao interesse comum (art. 124, I, do CTN)</i>	459
3.4.1.2.5.4	<i>Confusão patrimonial (art. 50 do CC)</i>	461
3.4.1.2.5.5	<i>Previsão legal para contribuições previdenciárias (art. 30, IX, da Lei 8.212/91)</i>	463
3.4.1.2.5.6	<i>Grupo econômico reconhecido em decisão trabalhista, art. 2º, § 2º, da CLT</i>	464
3.4.1.2.5.7	<i>Reflexos no direcionamento realizado após o início de execução fiscal</i>	466
3.4.2	Critério quantitativo	468
3.4.2.1	<i>Base de cálculo</i>	469
3.4.2.2	<i>Alíquota</i>	470
4.	CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO...	471
4.1	Conceito de crédito e obrigação tributários	474
4.2	Críticas ao art. 113 do CTN	475
5.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	477

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

5.1	Exigibilidade e constituição definitiva do crédito	479
5.2	Suspensão da exigibilidade: conceito.....	485
5.2.1	A estrutura da norma de suspensão da exigibilidade e os temas da validade, vigência e eficácia da regra-matriz de incidência tributária	488
5.3	Suspensão da exigibilidade: matéria reservada à lei complementar.....	489
5.4	As causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	490
5.4.1	Moratória	490
5.4.1.1	<i>Das modalidades de instituição da moratória</i>	491
5.4.1.2	<i>Requisitos legais para a concessão da moratória.....</i>	493
5.4.1.3	<i>Dos créditos alcançados pela moratória</i>	494
5.4.1.4	<i>Da inexistência de direito adquirido à moratória.....</i>	494
5.5	Depósito do montante integral.....	495
5.5.1	Dos efeitos do depósito judicial	496
5.5.2	Titularidade do depósito e levantamento do valor depositado	498
5.5.3	Conversão do depósito em renda	502
5.6	As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo	504
5.7	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em mandado de segurança ou outras espécies de ações	506
5.7.1	Efeitos das liminares e tutelas antecipadas	509

5.7.2	Revogação das liminares e tutelas antecipadas e a possibilidade de exigência de multas	511
5.7.3	A atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta contra sentença que revogou liminar ou tutela antecipada.....	513
5.8	Parcelamento.....	518
5.8.1	Parcelamento e confissão de dívida.....	519
6.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO E DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	523
6.1	As causas extintivas previstas no Código Tributário Nacional	524
6.2	Pagamento	525
6.2.1	Pagamento indevido.....	528
6.2.1.1	<i>Constituição do pagamento indevido e do débito do Fisco.....</i>	529
6.2.1.2	<i>Da legitimidade para requerer a restituição dos valores pagos indevidamente.....</i>	530
6.2.1.3	<i>Do prazo para requerer a restituição</i>	534
6.2.2	Pagamento antecipado e homologação.....	535
6.3	Compensação.....	536
6.3.1	Explicando a compensação de tributos e a sistemática dos Recursos Repetitivos.....	538
6.3.1.1	<i>Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, no regime do art. 1.036 e seguintes, sobre outros feitos levados ao Poder Judiciário</i>	540
6.3.1.2	<i>Das alterações promovidas pela Lei 12.844/2013 e a dispensa de recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional.....</i>	542

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

6.3.2	Possíveis cenários e a crítica ao limite instituído no art. 170-A do CTN ante o atual contexto processual brasileiro.....	544
6.3.2.1	<i>Ação ajuizada pelo contribuinte, todavia sem decisão.....</i>	545
6.3.2.2	<i>Decisão favorável ao contribuinte, sem julgamento da remessa necessária.....</i>	546
6.3.2.3	<i>Decisão desfavorável ao contribuinte, sem julgamento de recurso proposto por este e eventual pedido de desistência.....</i>	548
6.3.2.4	<i>Decisão desfavorável ao contribuinte, não interposição de recurso.....</i>	548
6.3.2.5	<i>Síntese conclusiva.....</i>	549
6.4	Transação.....	550
6.4.1	Lei 13.988/2020.....	552
6.4.2	Da regulamentação da Lei 13.988/20.....	555
6.5	Remissão.....	557
6.6	Decadência.....	558
6.6.1	Os prazos de decadência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	561
6.7	Prescrição.....	564
6.7.1	Das causas interruptivas da prescrição ...	565
6.8	Conversão do depósito em renda.....	569
6.9	Consignação em pagamento.....	569
6.10	Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado.....	571
6.11	Dação em pagamento.....	572

7. SANÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	577
7.1 O problema do termo “sanção”	578
7.2 Distinção entre “tributo” e “sanção”	580
7.3 A norma jurídica completa	583
7.3.1 As normas jurídicas primárias: dispositiva e sancionadora	583
7.3.2 A norma jurídica secundária	584
7.4 Crimes contra a ordem tributária x sanções admi- nistrativas.....	586
7.5 Sanções tributárias: penalidades pecuniárias ou multas fiscais	588
7.5.1 A distinção entre norma sancionatória e norma com função sancionatória (punitiva)	590
7.6 Espécies de sanções tributárias.....	591
7.6.1 A multa penal.....	594
7.6.2 Multa de ofício.....	594
7.6.2.1 <i>A culpabilidade na multa punitiva e</i> <i>gradação de alíquotas</i>	595
7.6.2.2 <i>A multa de ofício também tem como</i> <i>pressuposto a mora</i>	597
7.6.2.3 <i>A multa de ofício e a substituição da</i> <i>multa de mora</i>	598
7.6.3 Multa isolada	599
7.6.4 Multa agravada	601
7.6.5 Multa qualificada.....	601
7.6.6 Multa de mora	602
7.6.7 Juros de mora	604
7.6.8 Correção monetária	605

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

7.6.9	Outras penas	605
7.7	Hipóteses de exclusão da penalidade: denúncia espontânea no direito tributário	608
7.7.1	A mora e a denúncia espontânea: uma hipótese de purgação da mora no direito tributário	608
7.7.2	Possibilidade ou não de denúncia espontânea nos chamados tributos sujeitos ao lançamento por homologação	610
7.7.3	A DCTF nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação não constitui, necessariamente, o crédito tributário	615
7.7.4	Possibilidade ou não de a denúncia elidir, além das multas chamadas “punitivas”, também as “multas de mora”	616
7.7.5	Possibilidade ou não de existir denúncia espontânea nas hipóteses de parcelamento ou compensação.....	618
	7.7.5.1 <i>O parcelamento</i>	618
	7.7.5.2 <i>Na compensação</i>	620
7.7.6	Possibilidade ou não de a denúncia espontânea elidir a responsabilidade não só pelo descumprimento da obrigação principal, mas também pelo descumprimento de deveres instrumentais (ou obrigações acessórias).....	622
7.7.7	A mora como fato jurídico que implica reaquisição da possibilidade de denúncia espontânea.....	627
7.7.8	Síntese sobre denúncia espontânea.....	628
7.8	Reiteração de conduta e as sanções tributárias.	629

7.8.1	O que se quer dizer com “gesto”, “ação”, “conduta” e “movimento”	633
7.8.2	Da complexidade à unidade e o problema dos atos “complexos”	636
7.8.3	Pondo a teoria à prova: examinando o problema do fato gerador “complexivo”	638
7.8.4	Da unidade à pluralidade e a ideia de reiteração	640
7.8.5	A reiteração e os antecedentes das normas jurídicas	641
	7.8.5.1 <i>Algumas lições emprestadas do direito penal</i>	641
	7.8.5.2 <i>A reiteração da conduta no Direito Tributário</i>	644
7.8.6	A reiteração para fins de aplicação das multas previstas no art. 44 da Lei 9.430/96	645
7.8.7	Síntese	647
8.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	649
8.1	Garantias	654
8.1.1	Presunção de fraude	657
8.1.2	Penhora online	667
8.2	Preferências	674
8.2.1	Concurso entre os entes federativos	676
8.2.2	Falência e recuperação judicial	679
	REFERÊNCIAS	687